

## Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação cede ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

## Argumentos contrários não têm fundamento

JOSE RICHIA

Eleições diretas para presidente, este ano, são uma exigência quase unânime da nação brasileira. Não temos o direito de frustrar a expectativa popular. Promulgada a Constituição, não haverá mais nenhum motivo para retardarmos a realização do pleito, e encerrarmos a transição.

Os argumentos que se contrapõem à voz de milhões de brasileiros não têm consistência, nem fundamento.

Fala-se no agravamento da crise econômica interna e do déficit público, em dificuldades maiores com os credores externos. Isso é falso, pois os problemas que enfrentamos, aqui e lá fora, decorrem exatamente da perda de credibilidade no governo — e que se mostra irrecuperável.

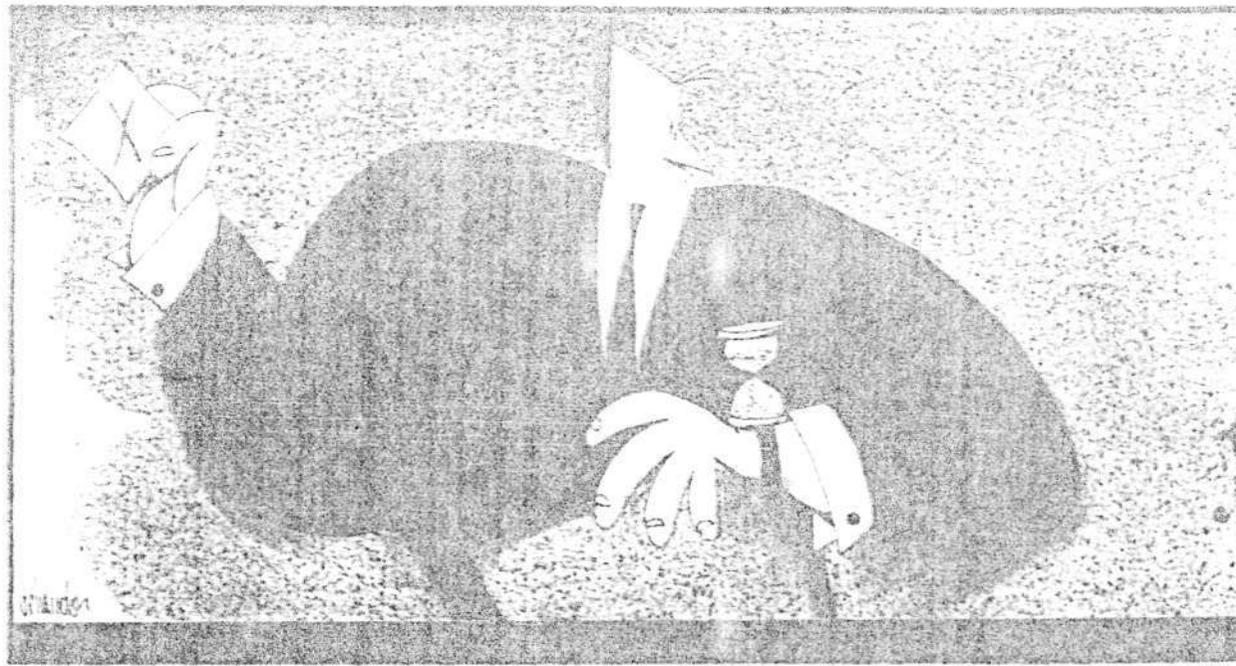
Ainda há os que repetem velhos chavões, insistindo em dizer que o país não amadureceu suficientemente para eleger, sem riscos, pelo voto direto, seu presidente. A cidadania brasileira dispensa essa tutela, que reflete um paternalismo injustificável.

Há os que lembram que após o processo constituinte restaria uma enorme tarefa pela frente: elaborar a legislação complementar, regulamentar os institutos recém-criados e remover definitivamente o entulho autoritário. Diante da magnitude do trabalho sobraría pouco tempo para se preparar as eleições, dizem. A providência mais acertada, neste caso, é regulamentar o essencial, deixando outras questões para serem tratadas no ano seguinte.

Alude-se, também, ao elevado custo financeiro das campanhas, ao desaparecimento da Justiça Eleitoral, sem meios e prazos para estruturar o sistema de votação. Ora, as eleições constituem a prática democrática mais pura, e têm que ser periódicas. Como, então, tentar mensurá-las pelo custo? Se este é o preço da democracia, é justo pagar por ele.

A insistência na exiguidade de prazos é facilmente contestável.

Em 1945, as eleições para presidente da República foram realizadas menos de dois meses após sua convocação: Eurico Gaspar Dutra foi eleito a 2 de dezembro, em substituição a Getúlio Vargas, aten-



## A pergunta da Folha

**“Você acha que há tempo de organizar eleições ainda neste ano, caso o Congresso constituinte estabeleça um mandato de quatro anos para o atual presidente da República?”**

dendo a um dispositivo publicado no dia 10 de outubro.

Se há 43 anos essa celeridade foi possível, temos mais razões e motivos para acreditar que, hoje, ela é naturalmente compatível e adequada aos novos tempos.

Já temos a garantia do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Oscar Dias Correa, que por diversas vezes declarou que o TSE está perfeitamente aparelhado para conduzir o processo eleitoral em apenas 30 dias. Considerando que a Constituição poderá estar promulgada até no máximo meados de julho, haverá tempo suficiente para votarmos em novembro. Sem atropelos e sem complicações.

E não se pode argumentar que uma campanha eleitoral mais curta seria menos elucidativa. A mídia eletrônica, fruto do Brasil moderno, tudo facilita. Se antes, os comícios para levar as mensagens e progra-

mas dos candidatos e partidos, representavam uma maratona esafante, agora eles até podem ser substituídos pelas platéias de centenas de milhares de brasileiros, reunidos em torno da tevê ou do rádio.

Sabemos que as eleições dependem da possibilidade técnica, mas fundamentalmente de vontade política. Está claro que se o país dispõe de uma das condições, a outra lhe é insistentemente negada há 28 anos.

Desta vez, temos um governante que estabeleceu como seu único projeto político permanecer cinco anos no poder, desrespeitando compromissos assumidos à época de sua escolha como presidente. Contrariando a sua vontade há o direito legítimo dos milhões de eleitores brasileiros. Um direito que não pode ser cassado, nem usurpado por manobras áulicas e convenientes pareceres jurídicos.

Nos próximos dias, nós, parlamen-

tares constituintes, estaremos definindo, nas disposições transitórias, o mandato do atual presidente da República. Nosso dever é respeitar a vontade da nação, aprovando quatro anos. Como políticos temos a responsabilidade de encontrar saída para a crise que se abate — e se aprofunda — sobre o país. Crise que é também de legitimidade e de representatividade do governo federal.

Acredito que o caminho para devolver a credibilidade e a esperança ao povo passa, necessariamente, pelas urnas, em novembro deste ano.

Não há justificativas para protelações. Democracia também se constrói com eleição após eleição. Devemos recuperar a confiança e o tempo perdidos, com eleições diretas já.

JOSE RICHIA, 53, é senador da República (PMDB-PR), foi governador do Estado do Paraná e prefeito da cidade de Lapa (PR).